

**ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO, SENDO A 4ª PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA BRASIL TELECOM S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

- (a) **BRASIL TELECOM S.A.**, companhia aberta com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, SIA/Sul, ASP, lote D, bloco B, CEP 71215-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

de outro lado,

- (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro na Rua Sete de Setembro 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas (os “Debenturistas”) subscritores ou adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o “Agente Fiduciário”),

e, na qualidade de interveniente garantidora,

- (c) **BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SIA/Sul - ASP - Lote D - Bloco B - 1º andar, CEP 71215-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.570.688/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Interveniente Garantidora”),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura Particular da 5ª Emissão, sendo a 4ª pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, nominativas e escriturais, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Brasil Telecom Participações S.A., para Distribuição Pública, da Brasil Telecom S.A. (a “Escritura”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I**  
**AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de abril de 2006 (a “AGE”) e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 05 de junho de 2006 (a “RCA”), pelas quais foram aprovadas (a) o arquivamento de um programa de distribuição de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM 400”), no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com prazo de até 2 (dois) anos (o “Programa de Distribuição”); e (ii) a 5ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a 4ª pública e a 1ª no âmbito do Programa de Distribuição, conforme a seguir descrita (a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente). O Conselho Fiscal da Emissora manifestou-se favoravelmente à emissão objeto desta Escritura em reunião realizada em 10 de abril de 2006.

A AGE autorizou o Conselho de Administração da Emissora a (i) deliberar ou alterar as matérias de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a “Lei das Sociedades por Ações”); (ii) delegar à diretoria a ratificação da taxa obtida em procedimento de *bookbuilding*, observado o limite máximo estabelecido pelo conselho de administração.

## **CLÁUSULA II**

### **REQUISITOS**

A Emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

#### **2.1 Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.1.1 A distribuição pública das Debêntures (a “Oferta”) será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM 400 e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2 A Emissão objeto desta Escritura é a 1ª realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição, arquivado na CVM nos termos da Instrução CVM 400.

#### **2.2 Arquivamento na Junta Comercial do Distrito Federal e Publicação das Atas de AGE e RCA**

As atas da AGE e da RCA, realizadas em 28 de abril de 2006 e 05 de junho de 2006, foram arquivadas na Junta Comercial do Distrito Federal (a “JCDF”) em 08 de maio e 07 de junho de 2006, sob os nºs 20060202068 e 20060264101, respectivamente, e publicada nos jornais *Diário Oficial da União*, *Jornal de Brasília* e *Valor Econômico* em 03 de maio e 07 de junho de 2006, respectivamente. A Ata da Reunião de Diretoria realizada em 20 de junho de 2006 (a “RD”), que ratificou a taxa de remuneração das Debêntures, será arquivada na JCDF e publicada nos mencionados jornais.

#### **2.3 Inscrição da Escritura na JCDF**

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JCDF, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **2.4 Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento**

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, promulgado pela ANBID em Assembléia Geral realizada em 16 de janeiro de 2002, conforme alterado em 21 de outubro de 2005 (o “Código ANBID”).

## **2.5 Registro para Colocação e Negociação**

2.5.1 As debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP.

2.5.2 As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no SND - Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) no Sistema de Negociação BovespaFix (o “BovespaFix”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (a “Bovespa”), submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).

## **2.6. Constituição e Registro da Garantia**

2.6.1 Pela presente Escritura, a Interveniente Garantidora obriga-se para com os titulares das Debêntures como fiadora e principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora relativas às Debêntures, renunciando, neste ato, expressamente, ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures não resgatadas e/ou canceladas, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios contratados.

2.6.2 A fiança da Interveniente Garantidora foi devidamente autorizada em reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizadas em 27 de março e 05 de junho de 2006.

## **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1 Objeto Social da Emissora**

De acordo com o *caput* e os incisos I a VII, do parágrafo único, do artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto (i) a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas; (ii) participação no capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações; (iii) constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iv) importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (v) prestação de serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (vi) atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vii) celebração, com aprovação do Conselho de Administração, de contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando

assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (viii) outras atividades afins ou correlatas, que lhe forem atribuídas pela Assembléia Geral.

### **3.2 Número da Emissão**

A presente Emissão constitui a 5ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a 4ª emitida de forma pública e a 1ª realizada no âmbito do Programa.

### **3.3 Valor Total da Emissão**

O valor da Emissão é de R\$1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão.

### **3.4 Número de Séries**

A Emissão será realizada em série única.

### **3.5 Distribuição e Colocação das Debêntures**

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo 108.000 Debêntures distribuídas sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, operacionalizado pela CETIP, observados os termos e condições estipulados no “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples em Regime de Garantia Firme da 5ª Emissão da Brasil Telecom S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora, o BB Banco de Investimento S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A., o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Santander Brasil S.A. (o “Contrato de Colocação”), os quais se encontram descritos nos prospectos preliminar e definitivo do Programa (em conjunto doravante denominados “Prospecto”), bem como nos suplementos preliminar e definitivo de distribuição das Debêntures (em conjunto doravante denominados “Suplemento”).

3.5.2 A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto e do suplemento definitivos aos investidores.

3.5.3 Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização do total das Debêntures distribuídas no âmbito da Oferta, durante o Prazo de Colocação em Garantia Firme, conforme definido no Contrato de Colocação.

### **3.6 Opção de Lote Suplementar**

3.6.1 A Emissora e os Coordenadores não exerceram, durante o processo de *bookbuilding*, cada qual, as suas opções de aumento em 20% (vinte por cento) e 15% (quinze por cento), respectivamente, da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas, mantendo o valor da emissão de R\$1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais).

### 3.7 Limite da Emissão

3.7.1 A Emissão (incluindo eventual exercício da opção de que trata o item 3.6.1. acima) atende aos limites previstos no *caput* e no parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme abaixo definida) era de R\$ 3.435.788.000,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil reais) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a debêntures de outras emissões da Emissora em circulação em 31 de março de 2006 é inferior, conforme apresentado no quadro abaixo:

Valor Total da Emissão*	R\$ 1.080.000,00
Outras emissões em circulação*	R\$ 1.054.114,80
Emissão Privada	R\$ 534.070,10
Emissão Pública	R\$ 520.044,60
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.134.114,80</b>
Capital social da Emissora*	R\$ 3.435.788,00

\* Valores em milhares de reais

3.7.2 O valor total da Emissão encontra-se dentro do valor-limite do Programa.

### 3.8 Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e a instituição depositária da Emissão será o Banco do Brasil S.A. (o “Banco Mandatário”).

### 3.9 Destinação dos Recursos

3.9.1 Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados

<b>Fontes</b>	<b>Valores (R\$) na Data de Emissão</b>	<b>%</b>
Debêntures	1.080.000.000,00	100%
<b>Total</b>	<b>1.080.000.000,00</b>	<b>100%</b>

<b>Usos</b>	<b>Valores (R\$) em 01.06.2006</b>	<b>%</b>
Os recursos obtidos pela Emissora por meio dessa Emissão, depois do pagamento das despesas de emissão serão destinados ao refinanciamento e alongamento de sua dívidas, incluindo:		
(i) a liquidação integral do saldo em aberto da debênture privada emitida em favor da Garantidora;	560.000.000,00	52%

(ii) amortizações parciais de valores de principal de contratos em aberto junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e	520.000.000,00	48%
<b>Total</b>	<b>1.080.000.000,00</b>	<b>100%</b>

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1 Características Básicas

4.1.1 Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de junho de 2006 (a “Data de Emissão”).

4.1.2 Valor Nominal Unitário: O valor nominal de cada Debênture será de R\$10.000 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.3 Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 108.000 (cento e oito mil) Debêntures.

4.1.4 Conversibilidade, Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

4.1.5 Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND, e, para as Debêntures depositadas na CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista emitido pela CBLC.

4.1.6 Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária.

4.1.6.1 Garantia Adicional Fidejussória de: Brasil Telecom Participações, nos termos do item 2.6 acima.

4.1.7 Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2013, observado o disposto nesta Escritura (a “Data de Vencimento”).

### 4.2 Remuneração

A Remuneração das Debêntures foi estabelecida pela Emissora mediante deliberação da RD, conforme parâmetros fixados na RCA, que ratificou o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) levado a efeito com as características descritas no Suplemento.

4.2.1 Sobre o Valor Nominal das Debêntures, deduzidas as amortizações realizadas e pagas anteriormente, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,0% (cento e quatro inteiros por cento) da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (a “Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos (a “Remuneração”).

4.2.2 Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2006 e, o último, em 1º de junho de 2013.

4.2.3 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, deduzindo-se do cálculo as amortizações realizadas e pagas anteriormente, a partir da Data de Emissão, ou da data de vencimento do Período de Capitalização anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.4 O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times (\text{FatorJuros} - 1):$$

onde:

- J** valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.2 acima, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN** Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros** produtório da Taxa DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right)$$

onde:

- n** número total de Taxa DI, sendo "n" um número inteiro;
- p** no máximo, 104,30 (cento e quatro inteiros e trinta centésimos)
- TDI<sub>k</sub>** Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**k** 1, 2, ..., n

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano;

4.2.5 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.2.6 O fator resultante da expressão  $\left( 1 + (TDI_k \times \frac{p}{100}) \right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

4.2.7 Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + (TDI_k \times \frac{p}{100}) \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.2.8 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos, inclusive, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI<sub>k</sub> a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.9 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos, ou, ainda, no caso de sua extinção ou proibição de sua utilização, por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do evento ou do término do prazo de 10 (dez) dias corridos, conforme o caso, convocar Assembléia Geral dos Debenturistas (observado o disposto no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro ou até a data do resgate definido em 4.2.11 (a) serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, as fórmulas definidas na Cláusula 4.2.4, sendo que para a apuração de TDI<sub>k</sub> será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.2.10 Em referida Assembléia Geral de Debenturistas, titulares de Debêntures representando pelo menos 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação e a Emissora, decidirão o novo parâmetro de remuneração, aplicando-se a faculdade da Emissora, definida no item 4.2.11 a seguir ou, em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora estará obrigada a proceder nos termos do item 4.2.11 (a) abaixo.

4.2.11 Após ser definido o novo parâmetro, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nas alíneas (a) a (c) abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito



ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas na Cláusula 4.2.4, sendo que para a apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza, mas será acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item serão canceladas e, portanto, extintas; ou
- (b) a Emissora deverá propor novo cronograma de pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração, nos termos da Escritura, o qual não excederá a data de repactuação, se houver, ou a Data de Vencimento. Nesta alternativa, durante o cronograma de pagamento das Debêntures, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos Debenturistas e apresentado à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas, ficando desde já estabelecido que será vedado à Emissora amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no cronograma apresentado aos Debenturistas, ficando a Emissora obrigada a celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura; ou
- (c) a Emissora deverá manifestar sua aceitação ao novo parâmetro de remuneração e celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura, restando inalterados os demais termos e condições da Emissão constantes da Escritura.

#### **4.3 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

As Debêntures poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública informado no Prospecto e no anúncio de início da Oferta, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

#### **4.4 Preço de Subscrição e Integralização**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização.

#### **4.5 Amortização**

A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as Debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, nas datas e nos percentuais do Valor Nominal Unitário de cada Debênture indicados na tabela abaixo (a “Amortização”).

<i>Data de Pagamento</i>	<i>Amortização do Valor Nominal Unitário de cada Debênture –%</i>	<i>Amortização do Valor Nominal Unitário de cada Debênture – R\$</i>
1º de junho de 2011	33,3%	3.330,00
1º de junho de 2012	33,3%	3.330,00
1º de junho de 2013	33,4%	3.340,00

#### **4.6 Local de Pagamento**

4.6.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados no mesmo dia do respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BovespaFix; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário.

4.6.1.1 No caso da Aquisição Obrigatória (conforme abaixo definida) o evento deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", ficando definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade, ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iii) por meio do Banco Mandatário, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC.

#### **4.7 Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Brasília, Distrito Federal, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura, serão Dias Úteis todos aqueles que não sejam considerados, nos termos deste item, dias sujeitos à prorrogação dos prazos (os “Dias Úteis”). No caso do item 4.2., dias úteis são aqueles assim reconhecidos pela CETIP.

#### **4.8 Encargos Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos, além da Remuneração, à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, independente de qualquer comunicação pelo Agente Fiduciário, até a data do

efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata temporis* e linearmente, sobre o montante assim devido, acrescido da multa, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **4.9 Decadência do Direito a Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto no item 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.10 Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### **4.11 Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 4.11 poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração e demais condições das demais Debêntures então em circulação. No exercício da faculdade prevista neste item, a Emissora não poderá obrigar o Debenturista a alienar as Debêntures de que é titular.

#### **4.12 Resgate Antecipado Facultativo**

A Emissora poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures única e exclusivamente após a ocorrência de evento que enseje a Aquisição Obrigatória (conforme abaixo definida) e desde que (i) após 10 (dez) dias contados da data do encerramento do período de alienação das Debêntures no âmbito da Aquisição Obrigatória remanesçam Debêntures em Circulação que representem menos do que 15% (quinze por cento) das Debêntures em Circulação no dia útil imediatamente anterior à data de início do período de alienação das Debêntures no âmbito da Aquisição Obrigatória; e (ii) a Emissora efetue a publicação do “Aviso aos Debenturistas” informando a data e o procedimento de resgate (o “Comunicação de Resgate”) até o 30º (trigésimo) dia corrido contado da data do encerramento do período de alienação das Debêntures no âmbito da Aquisição Obrigatória.

#### **4.13 Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.14 Publicidade

Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico” e outros jornais habitualmente utilizados pela Emissora, informados nas Informações Anuais – IAN, e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.brasiltelecom.com.br>), sempre com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário, da realização de qualquer publicação.

### CLÁUSULA V AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA PELA EMISSORA

5.1 Aquisição Obrigatória: A Emissora obriga-se a adquirir (a “Aquisição Obrigatória”) até a totalidade das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, no caso de efetiva alienação ou perda, a qualquer título, da maioria do capital votante ou do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora (a “Alteração Relevante”), pelos Atuais Acionistas abaixo definidos, sendo que os titulares das Debêntures, individualmente, deverão manifestar interesse em vender todas ou parte das Debêntures no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de (i) publicação do “Aviso aos Debenturistas” de ocorrência da Aquisição Obrigatória, a ser divulgado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, nos termos dessa Escritura; ou (ii) divulgação pública da redução maior do que 1 (um) nível do *rating* da Emissão em virtude das hipóteses aqui mencionadas.

5.1.1 Aviso aos Debenturistas: Em caso de Aquisição Obrigatória pela Emissora, a Emissora obriga-se a (i) efetuar os respectivos pagamentos em até 15 (quinze) dias contados do encerramento do prazo constante do item 5.1 acima e em consonância com os procedimentos previstos nos itens 4.6 e 4.7 da presente Escritura; e (ii) publicar o Aviso aos Debenturistas em até 10 (dez) dias contados da data da efetiva Alteração Relevante.

5.2 Exceção à Aquisição Obrigatória: Para efeitos da Aquisição Obrigatória, não será considerada Alteração Relevante a operação, ou conjunto de operações, pela(s) qual(ais) qualquer dos Atuais Acionistas, isoladamente ou em conjunto com outros Atuais Acionistas ou terceiros venha(m) a se tornar titular(es), direta ou indiretamente, da maioria do capital votante da Emissora, desde que referidas operações não ocasionem redução maior do que 1 (um) nível no *rating* da Emissão, conforme atribuído pela Standard & Poor’s (a “Agência de Rating”). Caso a Agência de Rating cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá (i) solicitar atribuição de *rating* à Moody’s, a ser cotejado para fins dessa cláusula por equivalência ao inicialmente atribuído pela Agência de Rating; ou (ii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir a nova agência de *rating* para emitir o *rating* para a finalidade da Aquisição Obrigatória.

5.3 Exceção à Aquisição Obrigatória com Terceiros: Em se tratando de operações envolvendo terceiro(s), somente não será considerada Alteração Relevante a operação, ou conjunto de operações, que resulte no ingresso de terceiro(s) no bloco de controle acionário da Emissora, se e somente se, referido(s) terceiro(s), isoladamente ou em conjunto com outro(s) terceiro(s), não

venha(m) a exercer preponderância no exercício do poder de controle dentro do bloco de controle acionário da Emissora, e desde que referidas operações não ocasionem redução maior do que 1 (um) nível no *rating* da Emissão, conforme atribuído pela Agência de Rating.

5.4 Atualização do Rating: A Agência de Rating acima referida deverá ser convocada pela Emissora em até 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se tornar efetiva a alteração no controle acionário da Emissora, para realizar a atualização do *rating* da Emissão, sob pena de, (i) em não sendo feita a referida convocação; ou (ii) não sendo divulgado o *rating* atualizado no prazo de 30 (trinta) dias da convocação por ato ou fato imputável à Emissora, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, salvo deliberação contrária de titulares de Debêntures, segundo os procedimentos e requisitos previstos no item 6.3 da Escritura.

5.5 Atuais Acionistas: Para os efeitos desta Cláusula, consideram-se Atuais Acionistas:

- (a) Zain Participações S.A. e seus acionistas (Citigroup Venture Capital International Brazil L.P., Investidores Institucionais FIA, Opportunity Fund, Priv FIA, Opportunity Lógica);
- (b) Invitel S.A. (Fundação 14 de Previdência Privada, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, Fundação dos Economistas Federais - Funcef, Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, Zain Participações S.A),
- (c) Techold Participações S.A. (Invitel S.A.); e
- (d) Solpart Participações S.A. (Techold Participações S.A., Telecom Italia International N.V. e Timepart Participações Ltda.).

## **CLÁUSULA VI**

### **VENCIMENTO ANTECIPADO**

6.1 São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 6.2 e 6.3 abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de auto-falência ou decretação de falência da Emissora ou da Interviente Garantidora;
- (b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pela Interviente Garantidora;

- (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias;
- (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da Interviente Garantidora;
- (e) não pagamento de quaisquer valores devidos por força da Escritura, desde que não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados da(s) data(s) prevista(s) para tal(tais) pagamento(s);
- (f) perda pela Emissora da concessão para prestação dos serviços de telefonia fixa comutada;
- (g) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à Emissão ou disposição relativa à fiança prestada;
- (h) cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer termos ou condições relativos à Escritura sem a observância de seus termos, exceto no caso de extinção da fiança em virtude de incorporação da Garantidora pela Emissora;
- (i) protesto judicial ou extrajudicial de títulos contra a Emissora e/ou Interviente Garantidora que não sejam sanados no prazo de 30 dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo(s) valor(es) individual(ais) seja(m) superior(es) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o “IGP-M”) desde a Data da Emissão, ou cujos valores, no agregado, excedam a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ajustado anualmente pelo IGP-M desde a Data da Emissão;
- (j) (x) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Interviente Garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), salvo se o mesmo for sanado até o segundo dia que anteceder a data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas convocada para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures; ou (y) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Interviente Garantidora em valor individual superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que todos os valores deverão ser ajustados anualmente pelo IGP-M desde a Data da Emissão.
- (k) ocorrência de qualquer sentença transitada em julgado, sentença arbitral ou mandados de penhora ou processos semelhantes determinando o pagamento, pela Emissora e/ou Interviente Garantidora, cujo valor individual seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou cujo valor, no agregado, seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sendo ambos os valores ajustados anualmente pelo IGP-M desde a Data da Emissão, sem que haja pagamento, reversão ou sustação com oferecimento de garantias pela Emissora;

- (l) descumprimento, por parte da Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 30 dias contados da data de aviso nesse sentido enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção da obrigação prevista na Cláusula VII, (a) (v), a qual deverá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para fornecimento e/ou disponibilização de tal(is) informação(ões);
- (m) caso a Emissora deixe de respeitar um ou mais dos limites e índices financeiros abaixo, a serem apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas (DFP) ou informações trimestrais (ITR) da Emissora, conforme enviadas para a CVM:
  - (i) relação entre o somatório do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 1,50 até o 3º trimestre de 2006, passando para 1,95 a partir do 4º trimestre de 2006;
  - (ii) relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora não poderá ser superior a 3,75;
  - (iii) relação entre a Dívida Consolidada e o somatório entre Dívida Consolidada e Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 0,65.
- (n) falta de cumprimento pela Emissora e/ou Interviente Garantidora, durante a vigência da Emissão, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora e/ou Interviente Garantidora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na Escritura; ou
- (o) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora e/ou Interviente Garantidora, caso a Emissora e/ou Interviente Garantidora estejam inadimplentes com as suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura.

#### 6.1.1 Define-se:

- (a) **“EBITDA Consolidado”** significa o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições, participações; (ii) da depreciação e amortizações ocorridas no período; (iii) das Despesas Financeiras Consolidadas deduzidas das receitas financeiras; e (iv) do resultado não operacional;
- (b) **“Dívida Consolidada”** significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da EMISSORA junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional. Avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela EMISSORA, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, serão considerados como dívida, desde que contabilizados como obrigações nas Demonstrações Financeiras da EMISSORA;
- (c) **“Despesas Financeiras Consolidadas”** significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas (incluindo instituições



financeiras e fornecedores), valores mobiliários, despesas financeiras que não impactem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas e receitas de operações de proteção contra variação cambial (*hedge*), despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações, excluindo juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, contabilizada como despesa financeira.

6.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) a (h) do item 6.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (a “Instrução CVM 28”).

6.3 Quando da ocorrência dos eventos indicados nos subitens (i) a (o) do item 6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de, no máximo 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX abaixo e o quorum específico estabelecido no item 6.3.1 abaixo. A Assembleia Geral de Debenturistas prevista neste item poderá, também, ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 9.1 abaixo.

6.3.1 A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item 6.3 poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 9.2.2, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

6.3.2 Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, mencionada no item 6.3, por falta de quorum de instalação, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 6.1 acima, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28.

6.4 As Debêntures resgatadas em razão do disposto nesta Cláusula VI serão canceladas.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário e/ou disponibilizar em seu *website* [www.brasiltelecom.com.br](http://www.brasiltelecom.com.br):



- (i) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, suas demonstrações financeiras completas consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
  - (ii) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão dos auditores independentes;
  - (iii) informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou até o dia seguinte à data de sua publicação, o que for menor;
  - (iv) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de solicitação de qualquer informações relevante para a Emissão e para a defesa do interesses dos titulares das Debêntures que lhe venha a ser solicitada de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
  - (v) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures imediatamente após a sua ocorrência;
  - (vi) demonstrativo de apuração dos índices relacionados na Cláusula 6.1.(m) em até 5 (cinco) dias contados do prazos estabelecidos para fornecimento das demonstrações financeiras da Emissora; e
  - (vii) relatório das posições acionárias do grupo de controle da Emissora sempre que, fundamentadamente, for solicitado pelo Agente Fiduciário, na ocorrência da hipótese dos itens 5.3 acima e, ainda, na forma e nos mesmos prazos estabelecidos para fornecimento das demonstrações financeiras da Emissora.
- (b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
  - (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;
  - (e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
  - (f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e retransmitir pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, até 1 (um) Dia Útil após disponível à Emissora, o relatório aos titulares das Debêntures elaborado pelo Agente Fiduciário nos termos do artigo 68, §1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações;

- (g) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos titulares das Debêntures, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituição autorizada a prestar este serviço, podendo, para tanto, usar a estrutura e os serviços de atendimento a seus acionistas;
- (h) (i) manter seus ativos operacionais relevantes, assim como o de suas controladas, adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes do mercado de atuação da Emissora e o de suas controladas;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que impeçam o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (k) preservar seus direitos, ativos, títulos de propriedade, concessões e licenças necessárias ao curso regular do objeto social da Emissora e à manutenção das práticas comerciais usuais;
- (l) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures, dando ampla divulgação de tal avaliação ao mercado, devendo encaminhar as versões atualizadas dos relatórios ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a respectiva divulgação; e
- (m) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.9 acima.

## **CLÁUSULA VIII**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **8.1 Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

#### **8.2 Declaração**

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que a vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas em referido instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações previstas em referido instrumento não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no *caput* e parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.7 da presente Escritura; e
- (m) que verificou a regularidade da constituição da garantia adicional fidejussória, observando a manutenção de sua exequibilidade.

### **8.3 Substituição**

8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na

hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6 abaixo.

8.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JCDF.

8.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

8.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

8.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

## **8.4 Deveres**

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, referentes à Emissora, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Vara do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos do item 9.1.2, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.14, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

- l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - l.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - l.7) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
  - l.8) modificações nas posições acionárias do grupo de controle da Emissora com o objetivo de apurar a ocorrência de evento que enseje a Aquisição Obrigatória.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) no endereço para comunicações da Emissora informado na Cláusula 11.1 e no endereço eletrônico da Emissora;
  - m.2) no seu escritório e no endereço eletrônico do Agente Fiduciário, se houver;
  - m.3) na CVM, eletronicamente, através do sistema de informações periódicas e eventuais (Sistema IPE);
  - m.4) na Bovespa, na CBLC e na CETIP, se possível, em meio eletrônico; e
  - m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.14, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m”;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CBLC e à CETIP;
- (p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - r.1) à CVM;
  - r.2) à Bovespa, à CBLC e à CETIP; e
  - r.3) à própria Emissora
- (s) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, em função da garantia real oferecida;
- (t) verificar a regularidade da constituição da fiança prestada e observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (u) verificar se o relatório de avaliação (*rating*) das Debêntures, elaborado pela agência de classificação de risco, foi atualizado ao menos anualmente, bem como se as versões atualizadas foram divulgadas ao mercado, devendo encaminhar cópia de eventuais atualizações à ANBID, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a respectiva divulgação.

## **8.5 Atribuições Específicas**

8.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora em relação à presente Escritura, não sanado nos prazos estabelecidos nesta Escritura:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora, salvo deliberação contrária em Assembléia Geral de Debenturistas; e
- (e) executar as garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos titulares das Debêntures.

8.5.2 Observado o disposto no item 6.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) e (e) do item 8.5.1, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação

de titulares da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 8.5.1.

## **8.6 Remuneração**

8.6.1 Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$28.000,00 cada uma, sendo a primeira paga no 5º dia útil após a obtenção do registro desta oferta pública na CVM e as demais a cada 12 meses;
- (b) A remuneração prevista no item “a” acima não compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do IGP-M, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente a partir desta data;
- (d) A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, sendo tais despesas, desde que razoáveis e devidamente comprovadas, de responsabilidade da Emissora;
- (e) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência; e
- (f) A remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.
- (g) As parcelas serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), do Programa de Integração Social (PIS), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a



incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.2 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

## **8.7. Despesas**

8.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

8.7.2 O ressarcimento, a que se refere o item 8.7.1, será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas razoáveis e devidamente comprovadas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

8.7.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas razoáveis e devidamente comprovadas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 8.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.7.4 Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança, desde que razoáveis e devidamente comprovados.

## **CLÁUSULA IX ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### **9.1 Convocação**

9.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2 A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

### **9.2 Quorum de Instalação**

9.2.1 A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2 Para efeito da constituição de todo e qualquer quorum de instalação e/ou de deliberação de Assembléia Geral de Debenturistas previstos na Escritura ou na legislação aplicável, consideram-se como Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) controladas; (ii) controladoras (ou grupo de controle da Emissora ou controladas); (iii) administradores da Emissora, das controladas ou das controladoras; (iv) funcionários da Emissora, das controladas ou das controladoras; (v) parentes de até segundo grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (iv) acima; e (vi) de qualquer forma indiretamente detida por qualquer dos agentes descritos em (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima (as “Debêntures em Circulação”).

### **9.3 Mesa Diretora**

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### **9.4 Quorum de Deliberação**

9.4.1 Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação, conforme definida no item 9.2.2 desta Escritura, caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As Debêntures não consideradas “Debêntures em Circulação” não terão direito a voto.

9.4.2 Observado o disposto nesta Escritura, as deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, pelo menos, 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em Circulação, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

9.4.3 As alterações da Remuneração, da Amortização, do prazo de vencimento das Debêntures, das garantias prestadas e/ou dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula V desta Escritura, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

9.4.4 As alterações dos quoruns qualificados estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições deste item 9.4, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

A Emissora e a Interveniente Garantidora declaram e garantem, solidariamente, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) a Emissora e a Interveniente Garantidora são sociedades privadas devidamente organizadas, constituída e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações previstas nesse instrumento não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou suas controladas, diretas ou indiretas;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) as Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora e da Interveniente Garantidora anexadas ao Prospecto e/ou ao Suplemento, datadas de 31 de dezembro de 2003, 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2005, bem como as informações trimestrais relativas aos períodos encerrados em 31 de março de 2005 e 31 de março de 2006 representam corretamente a posição financeira da Emissora e da Interveniente Garantidora e de suas controladas naquelas datas em seu aspecto material e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) o Prospecto e o Suplemento conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas controladas, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora e suas controladas são verdadeiras, consistentes, corretas e completas em seus aspectos materiais;
- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora e à Interveniente Garantidora são dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos materiais relativos à Emissora e à Interveniente Garantidora ou relativos às Debêntures, que sejam do seu conhecimento, não divulgados no Prospecto e/ou no Suplemento cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;

- (i) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão; e
- (j) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

## **CLÁUSULA XI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **11.1 Comunicações**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Brasil Telecom S.A.  
CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43  
SIA Sul – Área de Serviços Públicos – Lote D – Bloco B  
71215-000 - Brasília, Distrito Federal  
At.: Sr. Charles Laganá Putz  
Tel.: 55 61 3415-1440  
Fax: 55 61 3415-1315  
Correio Eletrônico: ri@brasiltelecom.com.br  
Website: www.brasiltelecom.com.br

**Para a Interviente Garantidora:**

Brasil Telecom Participações S.A.  
CNPJ/MF nº 02.570.688/0001-70  
SIA Sul – Área de Serviços Públicos – Lote D – Bloco B  
71215-000 - Brasília, Distrito Federal  
At.: Sr. Samuel Saldanha  
Tel.: 55 61 3415-1440  
Fax: 55 61 3415-1315  
Correio Eletrônico: samuel.saldanha@brasiltelecom.com.br  
Website: www.brasiltelecom.com.br

C/c. edinson@brasiltelecom.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar  
20050-005 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira  
Tel.: 55 11 2507 1949

Fax: 55 11 2507 1949  
Correio Eletrônico: pavarini@pavarini.com.br  
Website: www.pavarini.com.br

**Para o Banco Mandatário:**

Banco do Brasil S.A.  
Rua Lélio Gama, 105, 37º andar, Centro  
Rio de Janeiro  
At.: Ari Sarmiento do Valle Barbosa  
Telefone: 55 21 3808-3568/3491  
Fac-símile: 55 21 3808-3466  
Correio eletrônico: arisarmiento@bb.com.br / cqualificada@bb.com.br

**Para a CETIP**

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação  
SND – Sistema Nacional de Debêntures  
Rua Líbero Badaró, 425 - 24º andar  
01009-000 - São Paulo, SP  
Tel.: (11) 3111-1400 / 1596 / 3365-4925  
Fax: (11) 3111-1563 / 1564

**Para a CBLC**

CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia  
Rua XV de Novembro, 275  
01013-001 - São Paulo, SP  
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261  
Fax: (11) 3233-2331

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

## **11.2 Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **11.3 Divisão**

Caso qualquer das disposições ora aprovada venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### **11.4 Irrevogabilidade e Irretratabilidade**

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados na Cláusula II supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### **11.5 Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **11.6 Foro**

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO, SENDO A 4ª PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA BRASIL TELECOM S.A.

[Esta página é parte integrante da Escritura Particular da 5ª Emissão, sendo a 4ª Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Brasil Telecom Participações S.A., para Distribuição Pública, da Brasil Telecom S.A.]

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2006

BRASIL TELECOM S.A.

Nome:

Cargo:

*Charles Lagana Pute*  
Vice-Presidente Financeiro, Administrativo  
e de Relações com Investidores  
Brasil Telecom S/A

Nome:

Cargo:

*Francisco Guedes S. Santiago*  
Vice-Presidente de Operações  
Brasil Telecom S/A

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: MARLUS VENÂULIS D. DA ROCHA

Cargo: SOLIC. ADMINISTRATIVA

Nome: RINALDO RABELO FERREIRA

Cargo: PROCURADOR

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

*Charles Lagana Pute*  
Vice-Presidente Financeiro, Administrativo  
e de Relações com Investidores  
Brasil Telecom S/A

Nome:

Cargo:

*Francisco Guedes S. Santiago*  
Vice-Presidente de Operações  
Brasil Telecom S/A

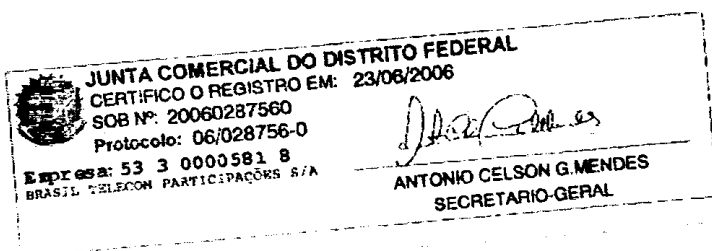
Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



*Ricardo Lagreca Siqueira*  
Ricardo Lagreca Siqueira  
Gerente Jurídico